

FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifcil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
DELEGADO



SIMULADO PREPARATÓRIO PARA CONCURSO PÚBLICO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGA NO CARGO DE DELEGADO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ.

SIMULADO

ATENÇÃO

O Caderno de Questões possui 100 (cem) questões objetivas numeradas sequencialmente.:

QUANTIDADE DE QUESTÕES	MATÉRIA
01 a 15	Direito Administrativo
16 a 30	Direito Constitucional
31 a 45	Direito Penal
46 a 60	Direito Processual Penal
61 a 75	Legislação
76 a 80	Criminologia
81 a 85	Direito Civil
86 a 90	Direitos Humanos
91 a 95	Informática
96 a 100	Medicina Legal

Será entregue, pelo fiscal, a Folha de Respostas personalizada e a Versão Definitiva da Folha de Redação, na qual deverão ser preenchidas as respostas das questões da prova objetiva e transcrita a redação, respectivamente.

INSTRUÇÕES

- Este Caderno de Questões não deve ser folheado antes da autorização do fiscal.
- Na Folha de Respostas, realize a conferência de seu nome completo, do número de seu documento e do número de sua inscrição. As divergências devem ser comunicadas ao fiscal para as devidas providências.
- Após ser autorizado pelo fiscal, verifique se o Caderno de Questões está completo, sem falhas de impressão e se a numeração está correta. Não esqueça de conferir se sua prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso note alguma divergência, comunique ao fiscal imediatamente.
- O único documento válido para a correção das provas é a Folha de Respostas, assim como a Versão Definitiva da Folha de Redação, por isso, preste a máxima atenção no preenchimento da Folha de Respostas e na transcrição da Redação para a Versão Definitiva.
- Deverá ser utilizada caneta esferográfica transparente, com tinta de cor azul ou preta na marcação da Folha de Respostas e para a transcrição da Versão Definitiva da Redação.
- Leia atentamente cada questão da prova e assinale, na Folha de Respostas, a opção que a responda corretamente. Exemplo correto: a marcação da Folha de Respostas: ☐
- O limite dos campos de marcação da Folha de Respostas deverá ser respeitado, não podendo esta ser dobrada, amassada ou rasurada.
- O candidato deverá marcar na Folha de Respostas o número que corresponde a sua prova.
- Será atribuída nota 0 (zero), na correção da Folha de Respostas, às questões não assinaladas, que apresentarem mais de uma alternativa assinalada, emenda ou rasura, ainda que legível.
- A prova deverá ser realizada no prazo de 5h (cinco horas), incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Redação. É importante controlar seu tempo. O candidato poderá anotar o gabarito no verso da capa da prova e levar consigo.
- Você somente poderá deixar definitivamente a sala de prova após 60 (sessenta) minutos de seu início. O candidato não poderá, em hipótese alguma, levar consigo o Caderno de Questões, sendo necessário, obrigatoriamente, devolver ao fiscal a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Folha de Redação devidamente assinadas. As provas estarão disponibilizadas no site da FAFIPA (www.fafipa.org.br), a partir da divulgação do Gabarito Preliminar.
- A retirada da sala de prova dos 03 (três) últimos candidatos só ocorrerá conjuntamente e após a conferência de todos os documentos da sala, além da assinatura do termo de fechamento.
- Durante a prova, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação.
- Será eliminado do concurso público o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido utilizando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessório de chapalaria tais como chapéu, boné, gorro etc., nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios, agendas eletrônicas, pagers, telefones celulares, BIP, Walkman, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico. A utilização desses objetos causará eliminação imediata do candidato.
- Incorrerá, também, na eliminação do candidato, caso qualquer equipamento eletrônico venha a emitir ruídos, mesmo que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences, durante a realização das provas.
- Qualquer tentativa de fraude, se descoberta, implicará em imediata denúncia à autoridade competente, que tomará as medidas cabíveis, inclusive com prisão em flagrante dos envolvidos.

01

Segundo o estudo da organização da Administração Pública brasileira, são órgãos da Administração Pública Direta, salvo:

- (A) Advocacia Geral da União.
- (B) Fundações Públicas.
- (C) Conselho do Ministério Público.
- (D) Poder Legislativo Municipal.
- (E) Secretaria de Estado.

02

Análise as proposições a seguir e assinale a alternativa correta:

- (A) Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei complementar, para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social e poder de polícia.
- (B) Fundação Pública de direito público terá natureza de autarquia e será criada por lei.
- (C) Os consórcios públicos são pessoas jurídicas formadas exclusivamente por entes da Administração indireta, para prestação de serviços públicos, na forma de gestão associada.
- (D) Tanto a empresa pública quanto a sociedade de economia mista podem ter personalidade jurídica de direito público.
- (E) Agência reguladora é uma qualificação dada à autarquia ou à fundação que, por meio do contrato de gestão com o órgão da Administração direta a que esteja vinculada, amplia sua autonomia para a melhoria da eficiência e redução de custos.

03

Sobre a organização da Administração Pública, assinale o item correto:

- (A) Na descentralização, a pessoa política desempenha suas tarefas diretamente por meio de seus órgãos.
- (B) As pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração indireta não podem participar da composição do capital de empresas públicas.
- (C) Quando um único órgão desempenha todas as funções administrativas do ente político, sem divisão em outros órgãos menores, há desconcentração de competências.
- (D) O conceito de Administração direta restringe-se ao Poder Executivo.
- (E) Na desconcentração, os órgãos de menor hierarquia permanecem subordinados aos órgãos que lhes são superiores.

04

Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tenha sido instituída por iniciativa de particulares e que receba delegação do Poder Público mediante contrato de gestão para desempenhar serviço público de natureza social denomina-se:

- (A) Entidade de apoio.
- (B) Fundação privada.
- (C) Empresa Pública.
- (D) Organização Social.
- (E) Serviço social autônomo.

05

Segundo as disposições acerca dos agentes públicos, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) As funções de confiança são de livre nomeação e exoneração, não necessitando de concurso público para o provimento.
- (B) É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.
- (C) Magistrados e membros do Ministério Público podem exercer mais uma função de magistério em instituições públicas.
- (D) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- (E) o servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.

06

Segundo a Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto

- (A) a de dois cargos de professor, independentemente de haver compatibilidade de horários.
- (B) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico ou profissional da saúde.
- (C) a de um cargo de professor com cargo ou emprego privativo de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- (D) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico, sendo que o teto remuneratório deve levar em consideração os dois cargos em conjunto.
- (E) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

07

Forma de provimento em que ocorre a reinvestitura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens. Trata-se do conceito de

- (A) Reversão.
- (B) Recondução.

- (C) Aproveitamento.
- (D) Reintegração.
- (E) Readaptação.

08

Dentre os poderes da Administração Pública, está aquele responsável por punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à relação especial com a Administração Pública. O poder narrado é o chamado

- (A) poder de polícia.
- (B) poder vinculado.
- (C) poder normativo.
- (D) poder hierárquico.
- (E) poder disciplinar.

09

Acerca dos poderes da Administração Pública, marque a resposta correta:

- (A) O poder normativo é o poder do Estado de restringir, limitar ou condicionar o exercício de direitos e da propriedade em benefício do interesse público.
- (B) A delegação e a avocação de competências são institutos que decorrem do poder hierárquico.
- (C) O poder de polícia se manifesta apenas com atos de fiscalização e punição.
- (D) O poder hierárquico se manifesta na aplicação de sanção em relação de vínculo especial, sendo em regra, vinculado.
- (E) No exercício do poder disciplinar, há a necessidade de prévia definição em lei da infração administrativa e da sanção a ser aplicada.

10

São atributos do poder de polícia, exceto:

- (A) discricionariedade.
- (B) coercibilidade.
- (C) autoexecutoriedade.
- (D) exigibilidade.
- (E) delegabilidade.

11

Quanto ao objeto, os atos administrativos são classificados como:

- (A) atos de império, atos de gestão e atos individuais.
- (B) atos internos e atos externos.
- (C) atos de império, atos de gestão e atos de expediente.
- (D) atos de gestão, atos de expediente e atos complexos.
- (E) atos perfeitos, imperfeitos e pendentes.

12

Quanto aos requisitos ou elementos dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- (A) Finalidade é a situação de direito ou de fato que autoriza a prática do ato administrativo.
- (B) A competência é o poder atribuído ao agente público para a prática de seus atos administrativos, resultante de lei, e por ela delimitada.

- (C) A finalidade se caracteriza pelo efeito prático pretendido com a edição do ato administrativo ou a modificação por ele trazida ao ordenamento jurídico.
- (D) O objeto são os efeitos mediatos decorrentes do ato administrativo.
- (E) Forma é a exteriorização da vontade administrativa, que será escrita, não podendo ser praticada de modo verbal.

13

Acerca da responsabilidade civil do Estado, a Constituição Federal adotou como regra no art. 37, § 6º da CF,

- (A) a responsabilidade objetiva, decorrente da teoria da culpa administrativa.
- (B) a teoria do risco administrativo, no qual não existem causas que possam excluir a responsabilidade estatal.
- (C) a responsabilidade objetiva, sendo necessário para a responsabilização que se trate de pessoa jurídica de direito público ou de direito privado prestadora de serviços públicos.
- (D) a responsabilidade subjetiva, em qualquer ação ou omissão do estado.
- (E) a responsabilidade objetiva, amparada na teoria do risco integral.

14

Em relação à parceria público-privada, assinale a resposta correta:

- (A) A contratação de parceria público-privada deve ser precedida de licitação na modalidade pregão eletrônico.
- (B) Concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
- (C) Parceria público-privada é o contrato administrativo de permissão que pode ser celebrado na modalidade patrocinada.
- (D) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada caso o valor do contrato seja inferior a dez milhões de reais e o período de prestação do serviço seja inferior a cinco anos.
- (E) As concessões patrocinadas em que mais de 90% (noventa por cento) da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública dependem de autorização legislativa específica.

15

Sobre o tema serviços públicos, assinale a alternativa certa:

- (A) O princípio da modicidade dos serviços públicos significa que, quando o serviço público for cobrado, as tarifas devem ter preços razoáveis.
- (B) Serviços públicos de utilidade pública são os que a Administração presta diretamente à comunidade, por reconhecer sua essencialidade e necessidade para a sobrevivência do grupo social e do próprio Estado.

- (C) É permitida a subconcessão de serviços públicos, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente, exigindo que seja precedida de licitação da modalidade leilão.
- (D) Serviços próprios do Estado são os que, embora também destinados à satisfação das necessidades coletivas, não são assumidos nem prestados pelo Estado, seja de forma direta ou por delegação a particulares, mas apenas autorizados, regulamentados e fiscalizados.
- (E) O STF fixou o entendimento de que as prestadoras de serviços públicos respondem objetivamente pelos danos decorrentes da prestação do serviço apenas em relação aos usuários do serviço.

DIREITO CONSTITUCIONAL (LUCIANO DUTRA)

16

De acordo com os sentidos de Constituição, pode-se afirmar que Ferdinand Lassale, Carl Schmitt e Hans Kelsen estão ligados às concepções de Constituição, respectivamente,

- (A) ontológica, normativa e lógica.
- (B) sociológica, política e jurídica.
- (C) pluralista, social e difusa.
- (D) homogênea, heterogênea e multilateral.
- (E) ortodoxa, eclética e pluralista.

17

A Constituição que, além de legitimar e limitar o poder do Estado em face da sociedade, traça um plano de evolução política e metas a serem alcançadas no futuro é a

- (A) Constituição-garantia.
- (B) Constituição-balanço.
- (C) Constituição-dirigente.
- (D) Constituição-normativa.
- (E) Constituição-nominal.

18

De acordo com a Constituição Federal vigente, compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos, exceto:

- (A) Universalidade da cobertura e do atendimento.
- (B) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (C) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- (D) Irredutibilidade do valor dos benefícios.
- (E) Caráter democrático e descentralizado da Administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.

19

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, exceto:

- (A) Igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.
- (B) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.
- (C) Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
- (D) Gestão democrática do ensino público e privado, na forma da lei.
- (E) Garantia de padrão de qualidade.

20

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Acerca das normas constitucionais sobre o meio ambiente, marque a alternativa errada:

- (A) Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente, incumbe ao Poder Público preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- (B) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
- (C) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas apenas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- (D) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- (E) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

21

Acerca das normas constitucionais relativas ao estado de defesa, assinale a alternativa errada:

- (A) Decretado o estado de defesa ou a sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.

- (B) Na vigência do estado de defesa, a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada em quarenta e oito horas ao Juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial.
- (C) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- (D) O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem.
- (E) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

22

Considerando as normas constitucionais federais vigentes sobre o estado de sítio, assinale a alternativa errada:

- (A) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa.
- (B) O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria simples.
- (C) O decreto do estado de sítio indicará sua duração, as normas necessárias a sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas, e, depois de publicado, o Presidente da República designará o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas.
- (D) Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato.
- (E) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio no caso de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.

23

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. Acerca das Forças Armadas na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- (A) Lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas.
- (B) Sempre caberá *habeas corpus* em relação a punições disciplinares militares.
- (C) Ao militar são permitidas a sindicalização e a greve.
- (D) O militar, enquanto em serviço ativo, pode estar filiado a partidos políticos.
- (E) As mulheres e os eclesiásticos ficam obrigados ao serviço militar em tempo de paz, sujeitos, inclusive, a outros encargos que a lei lhes atribuir.

24

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. São órgãos que integram a segurança pública, exceto:

- (A) Polícias Penais Federal, Estaduais e Distrital.
- (B) Polícia Federal.
- (C) Polícias Cíveis.
- (D) Polícia Naval.
- (E) Polícia Rodoviária Federal.

25

Considerando as normas constitucionais federais sobre a segurança pública, marque a alternativa errada:

- (A) A Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.
- (B) A Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.
- (C) A Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais e estaduais.

- (D) Às Polícias Civis, dirigidas por Delegados de Polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- (E) As Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as Polícias Civis e as Polícias Penais Estaduais e Distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

26

Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente,

- (A) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
- (B) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os Governadores e os Vice-Governadores, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
- (C) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município ou o Território.
- (D) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados e dos julgados do Superior Tribunal de Justiça.
- (E) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.

27

À luz da Constituição Federal de 1988, podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, exceto,

- (A) a Mesa do Congresso Nacional.
- (B) a Mesa do Senado Federal.
- (C) a Mesa da Câmara dos Deputados.
- (D) a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- (E) o Governador de Estado ou do Distrito Federal.

28

Considerando as regras constitucionais sobre as súmulas vinculantes, assinale a alternativa errada:

- (A) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de maioria absoluta dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula vinculante.
- (B) A súmula vinculante, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- (C) A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários

ou entre esses e a Administração Pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

- (D) Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, a revisão ou o cancelamento de súmula poderão ser provocados por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.
- (E) Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

29

Sobre a composição do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa errada:

- (A) O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros.
- (B) Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- (C) Um terço dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão escolhidos dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tripla elaborada pelo próprio Tribunal.
- (D) Um terço dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão escolhidos, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e Territórios.
- (E) Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

30

Acerca do perfil constitucional do Ministério Público, assinale a alternativa errada:

- (A) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a divisibilidade e a independência funcional.
- (B) Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira.
- (C) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- (D) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

- (E) Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista triíplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

DIREITO PENAL (DIEGO HENRIQUE)

31

Trata-se do principal limite imposto pelas exigências do Estado de Direito ao exercício da potestade punitiva. Nesse sentido, criam-se crimes e penas para a permissão da aplicação do *ius puniendi*. Por outro lado, com a evolução da sociedade e a modificação dos seus valores, pode o Estado deixar de tipificar como infração penal fato que outrora era de relevância a ser tutelado pelo Direito Penal. Nada impedirá, contudo, que outros ramos do direito protejam o referido bem. No texto, há especificamente duas visões sobre o Direito Penal, que sintetizam, respectivamente,

- (A) a legalidade e a fragmentariedade.
(B) a fragmentariedade e a subsidiariedade.
(C) a subsidiariedade e a fragmentariedade.
(D) a legalidade e a subsidiariedade.
(E) a legalidade e a fragmentariedade às avessas.

32

No dia 2-2-2019, João praticou o crime “A”, cuja pena era de 2 anos de detenção. No dia 3-3-2019, pena em abstrato passou de 2 para 5 anos em razão de alteração legislativa. Em outro Estado, Maria, no dia 2-2-2019, praticou um fato que não era infração penal, mas o legislador, posteriormente, editou uma lei que transformou aquela figura em fato típico. Nesses casos, há a presença dos seguintes institutos, respectivamente:

- (A) *Abolitio criminis* e neocriminalização.
(B) Neocriminalização e *novatio legis in pejus*.
(C) *Novatio legis in pejus* e neocriminalização.
(D) Neocriminalização e *abolitio criminis*.
(E) Neocriminalização e legalidade.

33

João do Crime era funcionário do Supermercado Honestidade, exercendo seu labor no caixa. Buscando um aumento no seu salário no total de R\$1.000,00, realizou pedido formal ao empregador, que, de pronto, negou. Insatisfeito, na semana seguinte à negativa, João do Crime subtraiu a quantia de R\$200,00, na segunda-feira, e repetiu a conduta até a sexta-feira daquela semana, retirando, sempre, a mesma quantia. No último dia, porém, como já estava desconfiado, o proprietário ficou observando e o prendeu em flagrante. Antes de ter praticado aquele primeiro furto, existia a Lei A, que previa pena de 2 a 8 anos para o crime de furto, e, na sexta-feira, já estava vigente a Lei B, que estipulou a pena de 3 a 9 anos para a mesma conduta. Nesse caso, João do Crime responderá nos termos

- (A) da Lei A, pois se trata da lei vigente quando do primeiro fato, já que se trata de crime continuado.
(B) da Lei B, pois se trata da lei vigente quando do último fato, já que se trata de crime continuado.
(C) da Lei A até o furto de quinta-feira, e da Lei B em relação ao crime de sexta-feira.
(D) da Lei A ou B, a critério do Juiz.
(E) da Lei A ou B, a critério do acusado.

34

O Brasil exerce a jurisdição em todo o Território Nacional, aplicando as suas próprias leis. Em determinadas hipóteses, porém, o ordenamento jurídico brasileiro admite a aplicação da lei estrangeira a crimes cometidos integralmente no Território Nacional, da mesma forma que os estados estrangeiros admitem a aplicação da lei brasileira a casos ocorridos integralmente em seus territórios. Observando as três hipóteses mencionadas, é possível afirmar a aplicação dos princípios, respectivamente, de:

- (A) territorialidade, extraterritorialidade e extraterritorialidade.
(B) territorialidade, territorialidade e extraterritorialidade.
(C) territorialidade, intraterritorialidade e extraterritorialidade.
(D) extraterritorialidade, territorialidade e extraterritorialidade.
(E) territorialidade, extraterritorialidade e intraterritorialidade.

35

O brasileiro Tadeu estava no interior do navio mercante “Trator”, passando pelo mar brasileiro, quando praticou um crime de lesão corporal em seu interior. Ocorre que, durante essa navegação, não houve prejuízo, pela prática do crime, à paz, à boa ordem ou à segurança do Brasil. Além disso, o trajeto navegado pelo mar territorial brasileiro foi contínuo e rápido. Nesse caso, não se aplicará a lei brasileira em razão do:

- (A) Direito de trajeto imediato.
(B) Direito de passagem rápida.

- (C) Direito de passagem inocente.
- (D) Direito de livre navegação.
- (E) Direito de *non stop*.

36

Marque a alternativa correta em relação à lei penal no espaço:

- (A) Aplica-se o princípio da defesa ou da representação nos casos de crime contra a vida do Presidente da República praticado no exterior.
- (B) Aplica-se o princípio da justiça universal para aplicar o CP brasileiro aos crimes praticados contra a Administração Pública por quem está a seu serviço.
- (C) Aplica-se o princípio da representação ou da defesa aos casos de crime praticado no interior de navio público brasileiro em mar territorial estrangeiro.
- (D) O princípio da territorialidade no Brasil, para fins de Direito Penal, é absoluto.
- (E) Aplica-se o princípio do domicílio no caso de crime de genocídio quando o agente, que não é brasileiro, está domiciliado no país.

37

Considera-se crime eventualmente coletivo

- (A) aquele que tem a previsão de mais de um agente como elementar.
- (B) aquele que pode ser praticado em concurso de agentes ou de forma individual.
- (C) aquele que, apesar de seu caráter unilateral, a diversidade de agentes figura como causa de aumento ou qualificadora, por exemplo.
- (D) aquele que é praticado contra apenas uma vítima, como regra, mas, no caso concreto, houve a existência de duas ou mais vítimas.
- (E) aquele praticado em local no qual estão presentes ao menos 4 pessoas.

38

Julgue os itens a seguir a respeito da classificação de crimes:

- I. crime a distância é aquele praticado por meio da rede mundial de computadores.
- II. o crime a distância também é chamado de crime em trânsito.
- III. crime plurilocal é aquele em que a conduta ocorre num país e o resultado em outro país.

Estão corretos:

- (A) Todos.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) Nenhum.

39

Marque a alternativa correta a respeito da teoria do crime.

- (A) O fato típico é composto por quatro elementos: conduta (dolo ou culpa), resultado, nexa causal e tipicidade.
- (B) Para um fato ser criminoso, a maioria da doutrina afirma que devem existir quatro elementos: fato típico, ilícito, culpável e punível.
- (C) Segundo a teoria clássica, idealizada por Hans Welzel, conduta é comportamento humano voluntário que produz modificação no mundo exterior dirigido a determinado fim.
- (D) A teoria finalista prevê dolo e culpa na culpabilidade, sendo o dolo natural.
- (E) Para a teoria social da ação, idealizada por Johannes Wessels, conduta é o comportamento humano com transcendência social.

40

No Código Penal Brasileiro, há diversas causas que excluem a conduta, exceto

- (A) caso fortuito.
- (B) atos reflexos.
- (C) ação em curto-circuito.
- (D) coação física irresistível.
- (E) força maior.

41

José Fabricante comprou um veículo automotor para dirigir pela cidade. Ocorre que, no Estado em que reside, há o sistema de rodízio, que determina a movimentação de veículos pelo final da placa. Por exemplo, no dia X, só os veículos com placa final 1 poderão ser conduzidos. José Fabricante, querendo manter a sua rotina, teve uma ideia genial: colocou um fita isolante no veículo reboque com a finalidade de burlar o sistema de rodízio e, assim, evitar eventual aplicação de multa. Nesse caso, a conduta de José

- (A) é fato atípico.
- (B) é fato típico previsto no art. 299, do CP (falsidade ideológica).
- (C) é fato típico previsto no art. 311, do CP (adulteração de veículo automotor).
- (D) é fato típico previsto no art. 171, do CP (estelionato).
- (E) é fato típico se a condução tiver ocorrido no horário noturno.

42

Felizão da Silva, sabendo que sua Universidade seria avaliada pelo CNPq, inseriu, em seu currículo Lattes, a informação de que a sua jornada de trabalho era de 40h, quando, na verdade, era de 20h, com a finalidade de obter uma melhor avaliação do curso de mestrado. Nesse caso, Felizão da Silva

- (A) não cometeu crime.
- (B) cometeu crime de falsidade ideológica.

- (C) cometeu falsidade material.
- (D) cometeu uso de documento falso.
- (E) cometeu crime de estelionato.

43

Falsificador clonou um cartão de crédito no ano de 2010. No mesmo ano, Plastificador clonou um cartão de débito. No ano de 2012, surgiu a Lei n 12.737/2012, acrescentando o parágrafo único ao art. 298 do CP nos seguintes termos: “Para fins do disposto no caput, equipara-se a documento particular o cartão de crédito ou débito”. Nesse caso, segundo o STJ, as condutas de Falsificador e Plastificador são, respectivamente,

- (A) atípica e atípica.
- (B) atípica e crime de falsidade ideológica.
- (C) crime de falsificação de documento público e crime de falsificação de documento público.
- (D) crime de falsificação de documento particular e crime de falsificação de documento particular.
- (E) falsidade ideológica e atípica.

44

O Código Penal, no art. 321, prevê o crime de advocacia administrativa, consistente em “Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, valendo-se da qualidade de funcionário”. O referido crime será qualificado:

- (A) se o interesse for ilegítimo.
- (B) se causar prejuízo ao Sistema Financeiro Nacional.
- (C) se o agente for funcionário público atuante na área de advocacia pública.
- (D) se o agente for funcionário público, independentemente da área.
- (E) se gerar prejuízo à Administração Pública.

45

A respeito do crime de resistência, marque a alternativa correta:

- (A) É infração de menor potencial ofensivo, desde que não haja a incidência da qualificadora.
- (B) Aplicam-se, além das penas da resistência, as penas referentes à ameaça e à lesão corporal.
- (C) Também é chamada de resistência passiva.
- (D) A oposição, para fins de resistência, refere-se a atos legais ou ilegais.
- (E) Não se protege aquele que presta auxílio ao agente público

DIREITO PROCESSUAL PENAL (GEILZA DINIZ)

46

Sobre jurisdição e competência, assinale a alternativa correta:

- (A) Ausentes os elementos que revelem ter havido evasão de divisas ou lavagem de dinheiro em detrimento de interesses da União, compete à Justiça Estadual processar e julgar crimes relacionados a pirâmide financeira em investimento de grupo em criptomoeda.
- (B) A competência constitucional do tribunal do júri não prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela constituição estadual.
- (C) Viola as garantias do Juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal, a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.
- (D) Compete à Justiça Federal julgar crimes de tráfico interestadual de entorpecentes.
- (E) O foro competente para o processo e o julgamento dos crimes de estelionato, sob a modalidade da emissão dolosa de cheque sem provisão de fundos, é o do local da emissão do cheque.

47

Sobre inquérito policial, assinale a alternativa incorreta:

- (A) A autoridade policial poderá determinar o indiciamento do investigado em momento posterior à instauração do inquérito.
- (B) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o Chefe de Polícia.
- (C) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
- (D) A autoridade policial poderá arquivar autos do inquérito, nos casos em que for manifesta a atipicidade do fato.
- (E) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.

48

Nos termos do art. 13 do CPP, incumbirá à autoridade policial, exceto:

- (A) fornecer às autoridades judiciárias as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos.
- (B) elaborar relatório final do inquérito, indicando as razões de seu convencimento acerca da autoria e da materialidade do crime.
- (C) realizar as diligências requisitadas pelo Juiz ou pelo Ministério Público.
- (D) cumprir os mandados de prisão expedidos pelas autoridades judiciárias.
- (E) representar acerca da prisão preventiva.

49

Em relação ao crime de sequestro e cárcere privado, o Delegado de Polícia poderá requisitar de quaisquer órgãos públicos ou de empresas de iniciativa privada dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos. Essa requisição conterá, exceto:

- (A) o prazo de atendimento de 24 horas.
- (B) o nome da autoridade requisitante.
- (C) cópia do indiciamento.
- (D) número do inquérito policial.
- (E) identificação da unidade de polícia judiciária responsável pela investigação.

50

Assinale a alternativa correta, acerca da *notitia criminis*:

- (A) *Notitia criminis* de cognição direta ocorre quando o Ministério Público, diretamente, requisita a instauração de inquérito policial.
- (B) *Notitia criminis* de cognição indireta ocorre quando o Delegado toma conhecimento do crime por meios não oficiais de comunicação, como por programas televisivos.
- (C) *Notitia criminis* de cognição coercitiva não é mais aceita em nosso ordenamento jurídico, considerando que não há hierarquia entre Delegado e membro do Ministério Público.
- (D) *Notitia criminis* inqualificada pode fundamentar a instauração de inquérito policial, desde que haja prévia verificação da procedência das informações.
- (E) *Delatio criminis* é sinônimo perfeito de *notitia criminis*.

51

Assinale a alternativa que corresponde a entendimento sumulado dos Tribunais Superiores:

- (A) Compete à Justiça Estadual processar e julgar os crimes praticados contra funcionário público federal, quando relacionados com o exercício da função, mas não tenham repercussão em bens, interesses ou valores da União.
- (B) A competência para o processo e o julgamento por crime de contrabando ou descaminho define-se pela prevenção do Juízo Federal do lugar da apreensão dos bens.
- (C) Compete à Justiça Estadual processar e julgar crime de falso testemunho cometido no processo trabalhista.
- (D) Compete à Justiça Estadual processar e julgar Prefeito Municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal.
- (E) No caso de crimes conexos de competência da Justiça Federal e Estadual, haverá o desmembramento dos processos.

52

Segundo Fernando Capez, prisão em flagrante é a “medida restritiva de liberdade, de natureza cautelar e processual, consistente na prisão, independentemente de ordem escrita do Juiz competente, de quem é surpreendido cometendo ou logo após cometer um crime ou uma contravenção”. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- (A) Nas infrações permanentes ou habituais, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.
- (B) Diversamente do que ocorre na instrução criminal, na lavratura da prisão em flagrante, o interrogatório não é o último ato na lavratura do auto de prisão em flagrante, pois a lei concede ao condutor a opção de ser ouvido por último.
- (C) A falta de testemunhas da infração impede a lavratura do auto de prisão em flagrante, devendo a autoridade policial, em tal caso, representar pela prisão temporária ou preventiva, desde que presentes os requisitos legais, quais sejam *fumus commissi delicti* e *periculum libertatis*.
- (D) Da lavratura do auto de prisão em flagrante deverá constar a informação sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.
- (E) Quando o acusado se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto de prisão em flagrante será assinado por duas testemunhas, que tenham ouvido sua leitura na presença deste.

53

Sobre a audiência de custódia e prisão preventiva, assinale a alternativa correta:

- (A) A audiência de custódia é facultativa, devendo o Juiz determinar a sua realização caso haja suspeita acerca da regularidade da prisão em flagrante.
- (B) Não é obrigatória a presença das partes na audiência de custódia, ou seja, do Ministério Público e da Defensoria, considerando que não há ação penal instaurada.
- (C) Se o Juiz verificar que o agente é reincidente ou que integra organização criminosa armada ou milícia, ou que porta arma de fogo de uso restrito, deverá denegar a liberdade provisória, com ou sem medidas cautelares.
- (D) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo Juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- (E) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.

54**Sobre sentença, assinale a alternativa correta:**

- (A) Qualquer das partes poderá, no prazo de 5 (cinco) dias, pedir ao Juiz que declare a sentença, sempre que nela houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.
- (B) Em face da *mutatio libelli*, o Juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- (C) No caso de *emendatio libelli*, se, em consequência de definição jurídica diversa, houver possibilidade de proposta de suspensão condicional do processo, o Juiz procederá de acordo com o disposto na lei.
- (D) Em caso de sentença condenatória, não pode o Juiz fixar valor para reparação dos danos causados pela infração, o que deve ser objeto de ação civil *ex delicto*.
- (E) O tempo de prisão provisória não será computado para fins de determinação do regime inicial de pena privativa de liberdade.

55**Acerca da disciplina das provas, assinale a alternativa que não corresponde a enunciado da jurisprudência em teses do STJ:**

- (A) As provas inicialmente produzidas na esfera inquisitorial e reexaminadas na instrução criminal, com observância do contraditório e da ampla defesa, não violam o art. 155 do Código de Processo Penal – CPP, visto que eventuais irregularidades ocorridas no inquérito policial não contaminam a ação penal dele decorrente.
- (B) Perícias e documentos produzidos na fase inquisitorial são revestidos de eficácia probatória relativa e, desde que possível, deverão ser repetidos no curso da ação penal.
- (C) A decisão que determina a produção antecipada de provas com base no art. 366 do CPP deve ser concretamente fundamentada, não a justificando unicamente o mero decurso do tempo.
- (D) A propositura da ação penal exige tão somente a presença de indícios mínimos de materialidade e de autoria, de modo que a certeza deverá ser comprovada durante a instrução probatória, prevalecendo o princípio do *in dubio pro societate* na fase de oferecimento da denúncia.
- (E) A incidência da qualificadora rompimento de obstáculo, prevista no art. 155, § 4º, I, do Código Penal, está condicionada à comprovação por laudo pericial, salvo em caso de desaparecimento dos vestígios, quando a prova testemunhal, a confissão do acusado ou o exame indireto poderão lhe suprir a falta.

56**Sobre provas ilícitas e assuntos correlatos, assinale a alternativa correta:**

- (A) Provas ilícitas, de acordo com a doutrina, são aquelas produzidas com violação a normas de direito material, enquanto as provas ilegítimas são as produzidas com violação a normas de direito processual.
- (B) São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, ainda que não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras.
- (C) O Código de Processo Penal não adotou a teoria da fonte independente.
- (D) Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será mantida nos autos até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória ou absolutória.
- (E) A prova ilícita não será admitida no processo, ainda que, excepcionalmente, em benefício do réu.

57**No que se refere às disposições do CPP acerca do Juiz, Ministério Público, acusado, defensor, assistentes e auxiliares da justiça, assinale a alternativa correta:**

- (A) Caso o cônjuge do Juiz competente tenha funcionado como Delegado de Polícia nos autos do inquérito destinado a apurar crime de roubo circunstanciado, não há impedimento para que o Juiz exerça a jurisdição no processo respectivo.
- (B) O fato de o Juiz ter servido como testemunha em outro processo contra a parte ré, por crime de abandono de incapaz, é impedimento para que ele exerça a jurisdição no processo, como Juiz, por crime de furto qualificado.
- (C) O CPP não prevê a possibilidade de o Juiz se dar por suspeito, mas poderá ser recusado por qualquer das partes.
- (D) O assistente de acusação será admitido até a prolação da sentença penal condenatória.
- (E) Do despacho que admitir, ou não, o assistente de acusação, não caberá recurso, devendo, entretanto, constar dos autos o pedido e a decisão.

58**Sobre os recursos, assinale a alternativa incorreta:**

- (A) Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, do despacho ou da sentença que não receber a denúncia ou a queixa; que concluir pela incompetência do juízo; ou que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição.
- (B) Os recursos terão efeito suspensivo nos casos de perda da fiança.
- (C) Os recursos serão apresentados ao Juiz ou tribunal *ad quem*, dentro de cinco dias da publicação da resposta do Juiz *a quo*, ou entregues ao Correio dentro do mesmo prazo.
- (D) Quando cabível a apelação, poderá ser usado o recurso em sentido estrito, se somente de parte da decisão se recorrer.

- (E) Se o apelante declarar, na petição ou no termo, ao interpor a apelação, que deseja arrazoar na superior instância, serão os autos remetidos ao tribunal *ad quem*, onde será aberta vista às partes, observados os prazos legais e notificadas as partes pela publicação oficial.

59

Sobre a prisão temporária, assinale a alternativa correta:

- (A) O Juiz poderá, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público e do Advogado, determinar que o preso lhe seja apresentado, solicitar informações e esclarecimentos da autoridade policial e submetê-lo a exame de corpo de delito.
- (B) Decretada a prisão temporária, expedir-se-á mandado de prisão, em duas vias, uma das quais será entregue ao indiciado, devendo ainda ser expedida nota de culpa no prazo de 24 horas.
- (C) Sempre que possível, o mandado de prisão temporária conterà o período de duração da prisão temporária, bem como o dia em que o preso deverá ser libertado.
- (D) Decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de nova ordem da autoridade judicial, pôr imediatamente o preso em liberdade, ainda que já tenha sido comunicada da prorrogação da prisão temporária ou da decretação da prisão preventiva.
- (E) Não se inclui o dia do cumprimento do mandado de prisão no cômputo do prazo de prisão temporária.

60

Sobre processo comum e processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, assinale a alternativa correta:

- (A) O procedimento comum será ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção mínima cominada for superior a 4 anos de pena privativa de liberdade.
- (B) Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o Juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para o interrogatório.
- (C) Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
- (D) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o Juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de dez dias.
- (E) Nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, cujo processo e julgamento competirão aos tribunais de justiça, a queixa ou a denúncia será instruída com documentos ou justificação que façam presumir a existência do delito ou com declaração fundamentada da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas.

LEI N. 11.343/2006 (GEILZA DINIZ)

61

À luz da disciplina da Lei n. 11.343/2006, sobre tráfico ilícito e uso indevido de drogas, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Oferecida a denúncia, o Juiz ordenará a notificação do acusado para oferecer defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 dias.
- (B) A natureza e a quantidade da droga são valoradas na primeira fase de aplicação da pena (pena-base).
- (C) Internação de dependentes de drogas perdurará apenas pelo tempo necessário à desintoxicação, no prazo máximo de 180 dias.
- (D) É cabível a redução da pena de um sexto a dois terços para o agente que tem, em depósito, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas, desde que primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.
- (E) Para a incidência da majorante prevista no artigo 40, V, da Lei n. 11.343/2006, é desnecessária a efetiva transposição de fronteiras entre estados da federação, sendo suficiente a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual.

62

Acerca do procedimento penal previsto na Lei de Drogas, assinale a alternativa correta.

- (A) Tratando-se de uso de drogas, impor-se-á prisão em flagrante, devendo o autor do fato ser imediatamente encaminhado ao juízo competente para audiência de custódia.
- (B) Em caso de uso de drogas, o agente será necessariamente submetido a exame de corpo de delito antes de ser liberado.
- (C) Para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito do crime de tráfico, é suficiente o laudo de constatação da natureza e da quantidade da droga, firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idônea.
- (D) O perito que subscrever o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga ficará impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.
- (E) O inquérito policial será concluído no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 60 (sessenta) dias, quando solto.

LEI N. 8.072/1990 (GEILZA DINIZ)

63

São considerados crimes hediondos, exceto:

- (A) Roubo circunstanciado pelo resultado de lesão grave.
- (B) Extorsão qualificada pela restrição de liberdade da vítima.
- (C) Furto qualificado pelo emprego de explosivo.

- (D) Homicídio doloso.
- (E) Epidemia com resultado morte.

**LEI N. 7.716/1989
(GEILZA DINIZ)**

64

Acerca dos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, assinale a alternativa incorreta:

- (A) A lei não prevê como crime o impedimento ou ato de obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração direta ou indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos, em virtude de raça ou cor, mas o agente responderá por improbidade administrativa.
- (B) É crime punível com reclusão de um a três anos o impedimento de acesso ou uso de transportes públicos em face de raça ou cor.
- (C) Constitui efeito da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não superior a três meses.
- (D) Os efeitos da condenação previstos na Lei n. 8.072/1990 não são automáticos, devendo ser motivadamente declarados na sentença.
- (E) Nos casos de crimes cometidos por meio de comunicação social, o Juiz poderá determinar, ouvido o MP ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência, o recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material respectivo.

**LEI N. 13.869/2019
(GEILZA DINIZ)**

65

Sobre a nova Lei do Abuso de Autoridade, assinale a alternativa correta:

- (A) Os crimes de abuso de autoridade se sujeitam ora a ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça, ora a ação penal pública incondicionada.
- (B) É efeito da condenação por crime de abuso de autoridade a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos.
- (C) Não se admite pena restritiva de direitos para crimes de abuso de autoridade.
- (D) Apesar de tornar o flagrante ilícito, não comete crime o agente que cumpre mandado de busca e apreensão domiciliar após as 21h ou antes das 5h.
- (E) Divulgar gravação ou trecho de gravação sem relação com a prova que se pretenda produzir, expondo a intimidade ou a vida privada ou ferindo a honra ou a imagem do investigado ou acusado é crime punido com reclusão de 1 a 4 anos.

**LEI N. 9.455/1997
(GEILZA DINIZ)**

66

Nos crimes de tortura, é causa de aumento de pena de um sexto até um terço, exceto:

- (A) quando o crime é cometido por agente público.
- (B) quando o crime é cometido contra criança.
- (C) quando o crime é cometido mediante sequestro.
- (D) quando o crime é cometido contra mulher.
- (E) quando o crime é cometido contra maior de 60 anos.

**LEI N. 8.069/1990
(GEILZA DINIZ)**

67

À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção correta:

- (A) Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime, mas não como contravenção penal.
- (B) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em virtude de ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, não cabendo "flagrante de ato infracional".
- (C) A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de noventa dias.
- (D) Não se admite prestação de serviços comunitários por adolescentes.
- (E) Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.

**LEI N. 10.826/2003
(GEILZA DINIZ)**

68

A Lei n. 10.826/2003 dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. Sobre tal legislação, assinale a alternativa incorreta:

- (A) É permitido o porte de arma de fogo em todo o território nacional para os integrantes das Forças Armadas.
- (B) Os integrantes do quadro efetivo de agentes e guardas prisionais poderão portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, desde que estejam submetidos a regime de dedicação exclusiva.
- (C) As armas de fogo apreendidas, após a elaboração do laudo pericial e sua juntada aos autos, quando não mais interessarem à persecução penal serão encaminhadas pelo Juiz competente ao Comando do

Exército, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, para destruição ou doação aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas.

- (D) A mencionada lei não prevê o tráfico internacional de arma de fogo, devendo ser aplicada a disciplina, em tal caso, do tráfico interestadual de armas.
- (E) Pune-se o porte ilegal de arma de fogo de uso restrito com pena de reclusão de 3 a 6 anos e multa.

**LEI N. 8.078/1990
(FERNANDA ROCHA)**

69

No que tange às infrações penais no Direito do Consumidor, assinale a alternativa correta.

- (A) Utilizar, na cobrança de dívidas, ameaça, coação, constrangimento físico ou moral, afirmações falsas incorretas ou enganosas ou de qualquer outro procedimento que exponha o consumidor, injustificadamente, a ridículo ou interfira com seu trabalho, descanso ou lazer possui como pena detenção de seis meses a dois anos e multa.
- (B) Dificultar o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros, banco de dados, fichas e registros não é considerado infração penal no Direito do Consumidor.
- (C) Deixar de entregar ao consumidor o termo de garantia adequadamente preenchido e com especificação clara de seu conteúdo não é considerado infração penal no Direito do Consumidor.
- (D) Fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa a sua saúde ou segurança possui como pena detenção de seis meses a dois anos e multa.
- (E) Fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser enganosa ou abusiva possui como pena detenção de seis meses a dois anos e multa.

**LEI N. 9.605/1998
(NILTON CARLOS)**

70

Configura infração de menor potencial ofensivo o seguinte crime ambiental doloso, tipificado na Lei n. 9.605/1998:

- (A) Disseminar doença, praga ou espécies que possam causar dano à agricultura, à pecuária, à fauna, à flora ou aos ecossistemas.
- (B) Matar, perseguir, caçar, apanhar ou utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida.
- (C) Causar poluição de qualquer natureza em níveis que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora.

- (D) Fazer o funcionário público afirmação falsa ou enganosa, omitir a verdade, sonegar informações ou dados técnico-científicos em procedimentos de autorização ou de licenciamento ambiental.
- (E) Desmatar, explorar economicamente ou degradar floresta, plantada ou nativa, em terras de domínio público ou devolutas, sem autorização do órgão competente.

**LEI N. 9.099/1995 E LEI N. 10.259/2001
(DIEGO HENRIQUE)**

71

A Lei n. 9.099/1995 trata dos Juizados Especiais Criminais, órgãos responsáveis pelo processo e julgamento das infrações de menor potencial ofensivo. Marque a alternativa correta:

- (A) Não se admite a citação por hora certa.
- (B) O instituto do *sursis* penal, previsto nessa lei, admite a crimes que tenham a pena mínima menor ou igual a um ano.
- (C) Previu institutos específicos, como, por exemplo, a representação para os crimes de lesão corporal leve ou grave, salvo se envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher.
- (D) Não se admite transação penal se o autor da infração tiver sido condenado, pela prática de crime, por sentença definitiva.
- (E) Nas hipóteses de ser a pena de multa a única aplicável, o Juiz poderá reduzi-la até a metade.

**LEI N. 9.503/1997
(DIEGO HENRIQUE)**

72

O Código de Trânsito Brasileiro prevê um crime, chamado pela doutrina, de “a prazo”, consistente em violar a suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor imposta com fundamento no próprio CTB, estipulando a pena de 6 meses a 1 ano e multa. Em seguida, prevê que, nas mesmas penas, incorre o condenado que deixar de entregar a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor no prazo de:

- (A) 24 horas.
- (B) 48 horas.
- (C) 72 horas.
- (D) 96 horas.
- (E) 12 horas.

**LEI N. 9.296/1996
(DIEGO HENRIQUE)**

73

A respeito da Lei n. 9.296/1996, que trata da interceptação telefônica, marque a alternativa correta:

- (A) O Juiz pode decretar de ofício.
- (B) Não cabe em crime punido com detenção, mesmo que descoberto ao acaso.
- (C) Cabe mediante representação da autoridade policial na investigação criminal ou na instrução processual penal.
- (D) O Juiz decidirá o pedido em 48 horas, no máximo.
- (E) As interceptações telefônicas realizadas antes do surtimento dessa lei foram convalidadas pelo STF.

**LEI N. 12.830/2013
(DIEGO HENRIQUE)**

74

A Lei n. 12.830/2013 prevê o Estatuto do Delegado de Polícia. Acerca do tema, marque a alternativa correta:

- (A) Essa Lei não cita, em nenhum momento, a expressão "Delegado de Polícia".
- (B) Essa Lei não cita, em nenhum momento, a expressão "autoridade policial".
- (C) O Delegado de Polícia pode ser removido, ainda que o ato não seja fundamentado, já que se trata de discricionariedade administrativa.
- (D) As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo Delegado de Polícia não são de natureza jurídica, essenciais e exclusivas de Estado.
- (E) Essa Lei dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo Delegado de Polícia.

**PACOTE ANTICRIME
(DIEGO HENRIQUE)**

75

Segundo a Lei n. 13.964/2019, a Lei de Crimes Hediondos recebeu um novo crime em seu rol. Dentre os indicados abaixo, assinale o que foi inserido pela nova legislação:

- (A) Latrocínio.
- (B) Extorsão mediante sequestro simples.
- (C) Extorsão mediante sequestro qualificada.
- (D) Extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, ocorrência de lesão corporal ou morte.
- (E) Extorsão qualificada pela morte.

**CRIMINOLOGIA
(HUMBERTO BRANDÃO)**

76

Assinale a alternativa correta.

- (A) A partir da Escola de Chicago, foram desenvolvidas as seguintes teorias: teoria ecológica, teoria espacial, teoria das janelas quebradas e teoria da tolerância zero.
- (B) A Escola de Chicago desenvolve estudos antropológicos urbanos centrados na influência que fatores econômicos e sociais exercem sobre a ocorrência do fenômeno criminal.
- (C) A teoria crítica critica o papel do Direito Penal, mas não busca a penalização da classe dominante através da punição da prática de crimes do colarinho branco e crimes financeiros.
- (D) Para a teoria minimalista, o sistema penal se presta apenas para legitimar e reproduzir desigualdades e injustiças sociais.
- (E) As teorias do consenso são argumentativas e defendem que a sociedade é organizada de acordo com os interesses das classes dominantes, através da força e da violência dos detentores do poder.

77

A sociologia criminal despontou após a escola positivista, dentro de uma perspectiva macrosociológica, isto é, não se limitando à análise do delito segundo uma visão do indivíduo ou de pequenos grupos, mas sim da sociedade como um todo. Acerca das teorias sociológicas, assinale a alternativa correta.

- (A) Para a teoria da anomia, um fato só é considerado criminoso a partir do momento em que adquire esse *status* por meio de uma norma seletiva que o qualifica como desviante.
- (B) Para as teorias do conflito, os membros da sociedade trabalham da melhor maneira possível em prol de objetivos comuns, elegendo certos princípios básicos que orientam a busca desses objetivos, independentemente do lugar da escala social em que estejam inseridos.
- (C) Subcultura é um termo bastante utilizado na sociologia e na antropologia referindo-se a um grupo de pessoas, normalmente minoritário, com um conjunto de regras, comportamentos e crenças próprias, sendo certo que a teoria da subcultura delinquente pode ser apontada como uma espécie de teoria do conflito.
- (D) Para Sutherland, o crime não é um fenômeno social exclusivo das classes menos favorecidas, mas sim um comportamento decorrente de um processo de aprendizagem dos valores criminais.
- (E) Inspirada na ideologia marxista, a teoria crítica entende que o progresso leva a criminalidade aos grandes centros urbanos.

78

Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Influenciada pelos ideais iluministas, a Escola Clássica parte de duas teorias distintas: o jusnaturalismo (direito natural) e o contratualismo (Contrato Social de Rousseau). Seu ponto central é o livre arbítrio.
- (B) A Escola Clássica fundamenta-se no utilitarismo ao admitir que o delinquente faz um cálculo mental sobre as vantagens e desvantagens de se cometer um crime.
- (C) Para a Escola Clássica, que se valia do método lógico-dedutivo, o crime é um ente jurídico (violação de uma norma) e a punibilidade deve se fundamentar no livre arbítrio do delinquente. A pena deve ter caráter educativo, objetivando a prevenção do crime e o reestabelecimento da ordem social.
- (D) Os positivistas eram muito influenciados por Darwin, partindo da premissa de que os delinquentes estariam presos às suas patologias e carga hereditária, contrariando a ideia de livre arbítrio e utilitarismo da Escola Clássica.
- (E) O método da criminologia positivista era o empírico-indutivo ou indutivo-experimental.

79

Julgue as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. **A função basilar da criminologia é fornecer um diagnóstico qualificado e conjuntural sobre o fenômeno criminal.**
- II. **O controle social é exercido em várias esferas, por diversas agências, com conteúdos, métodos e fins diferentes, podendo ser traduzido genericamente como um conjunto de mecanismos aptos a produzir no indivíduo um padrão de conduta adequado aos padrões sociais dominantes.**
- III. **As vítimas podem ser classificadas da seguinte maneira: vítima completamente inocente ou vítima ideal; vítima de culpabilidade menor ou por ignorância; vítima voluntária ou tão culpada quanto o infrator; vítima mais culpada que o infrator e vítima unicamente culpada.**
- IV. **Para a Escola Correcionalista, o criminoso é um indivíduo anormal, portador de uma vontade reprovável. Trata-se de um ser inferior que não consegue gozar da liberdade que lhe é conferida. Cabe ao Estado proporcionar-lhe os meios para a sua total recuperação.**

- (A) Estão corretas as assertivas I, II e III.
- (B) Estão corretas as assertivas I, III e IV.
- (C) Estão corretas as assertivas II, III e IV.
- (D) Estão corretas as assertivas I, II e IV.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

80

A partir do seu conceito, é possível afirmar que a Criminologia é uma ciência

- (A) dedutiva e dogmática.
- (B) dedutiva e interdisciplinar.
- (C) dogmática e lógico-abstrata.
- (D) empírica e lógico-abstrata.
- (E) empírica e interdisciplinar.

DIREITO CIVIL
(RAQUEL BUENO)

81

A partir do estudo da posse e da propriedade, sendo essa última um direito assegurado constitucionalmente, e que deve ser exercido de acordo com a função social, assinale a opção correta:

- (A) A propriedade revogável possui efeito *erga omnes* e *ex tunc*.
- (B) A posse pode ser defendida mediante desforço imediato, em caso de esbulho, inclusive pelo fâmulo da posse.
- (C) Segundo o Código Civil, o sujeito não pode perder a propriedade em virtude de desapropriação no interesse particular.
- (D) A posse pode ser adquirida por meio de cláusula *constituti* verbal.
- (E) *Traditio brevi manu* é a passagem da posse plena para a direta.

82

A responsabilidade civil exige três elementos essenciais: conduta, dano e nexa causal. Acerca desse tema, assinale a opção certa:

- (A) Nos casos de responsabilidade civil indireta, sempre haverá possibilidade de direito de regresso daquele que efetuou o pagamento em relação ao real causador do dano.
- (B) O valor da indenização mede-se pela extensão da culpa do agente ofensor.
- (C) Em caso de estado de necessidade agressivo, embora a conduta seja lícita, haverá obrigação de indenizar.
- (D) A responsabilidade civil dos pais pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia é subjetiva com culpa presumida.
- (E) O prazo prescricional da pretensão de reparação de danos envolvendo responsabilidade civil aquiliana é de dez anos.

83

Paula, credora de Galeão, descobre que este doou sua única fazenda para seu sobrinho Pedro, tornando-se insolvente. Inconformada, deseja tomar alguma atitude para reverter tal situação, que lhe é prejudicial. Neste contexto, assinale a opção correta:

- (A) O negócio jurídico celebrado entre Galeão e o sobrinho é nulo.

- (B) O negócio jurídico celebrado é anulável por fraude à execução.
- (C) Aplica-se ao caso o prazo decadencial de dois anos para o exercício do direito potestativo de Paula.
- (D) Poderá ser utilizada uma ação pauliana para desconstituir o negócio jurídico celebrado entre Galeão e seu sobrinho.
- (E) O caso retrata hipótese de simulação.

84

Imagine as seguintes situações:

- I. Joana ocupa uma área pública há vinte anos. Nesse local, construiu uma casa e lá mora com sua família. No quintal, desenvolve atividades agrícolas, das quais retira seu sustento.
- II. Rita, inquilina de Jorge, faz reparos no telhado que ameaça cair, mesmo sem avisá-lo antecipadamente, uma vez que era uma obra de urgência.
- III. Carlos financiou um carro, mediante alienação fiduciária em garantia e não conseguiu pagar, motivo pelo qual foi designada medida de busca e apreensão. No momento de devolver o carro, ele exigiu o som que ele havia colocado.

Considerando estas hipóteses, assinale a opção correta:

- (A) Na hipótese I, por se tratar de um bem público dominical, admite-se a usucapião.
- (B) Na hipótese I, A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.
- (C) Na hipótese II, Rita é possuidora de boa-fé, mas não tem direito de indenização pelas benfeitorias úteis porque não houve consentimento prévio do locador.
- (D) Na hipótese II, Rita é possuidora de boa-fé, mas não tem direito de indenização pelas benfeitorias necessárias porque não houve consentimento prévio do locador.
- (E) Na hipótese III, Carlos não tem direito de exigir a pertença porque ela segue o princípio da gravitação jurídica.

85

Quanto ao estudo das pessoas jurídicas de direito privado, assinale a opção correta:

- (A) No caso das associações, os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.
- (B) A fundação pode ser instituída por ato *inter vivos* ou *causa mortis* e suas finalidades elencadas no Código Civil representam um rol exemplificativo.
- (C) A qualidade de associado é transmissível, salvo se o estatuto dispuser o contrário.

- (D) Prescreve em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- (E) Segundo o STF, nas relações privadas entre associados, não seria possível a aplicação direta da eficácia horizontal dos direitos fundamentais.

DIREITOS HUMANOS (THIAGO MEDEIROS)

86

Acerca da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e suas disposições, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Cada Estado Parte assegurará que todos os atos de tortura sejam considerados crimes segundo a sua legislação penal.
- (B) Cada Estado Parte punirá esses crimes com penas adequadas que levem em conta a sua gravidade.
- (C) Cada Estado Parte tomará medidas eficazes de caráter legislativo, administrativo, judicial ou de outra natureza, a fim de incentivar a prática de atos de tortura nos territórios sob sua jurisdição.
- (D) Cada Estado Parte assegurará que o ensino e a informação sobre a proibição de tortura sejam plenamente incorporados no treinamento do pessoal civil ou militar encarregado da aplicação da lei, do pessoal médico, dos funcionários públicos e de quaisquer outras pessoas que possam participar da custódia, interrogatório ou tratamento de qualquer pessoa submetida a qualquer forma de prisão, detenção ou reclusão.
- (E) Cada Estado Parte assegurará que nenhuma declaração que se demonstre ter sido prestada como resultado de tortura possa ser invocada como prova em qualquer processo, salvo contra uma pessoa acusada de tortura como prova de que a declaração foi prestada.

87

De acordo com o artigo 1º da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, NÃO se considerará como tortura:

- (A) qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de uma terceira pessoa, informações ou confissões.
- (B) qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de castigá-la por ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido.
- (C) qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de intimidar ou coagir essa pessoa ou outras pessoas.

- (D) qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza.
- (E) as dores ou sofrimentos que sejam consequência unicamente de sanções legítimas, ou que sejam inerentes a tais sanções ou delas decorram.

88

Assinale o item que está expressamente de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

- (A) Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- (B) A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- (C) Não haverá pena de morte.
- (D) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- (E) Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

89

Assinale a alternativa que corresponde a um importante documento de direitos humanos reconhecido por positivar uma série de direitos sociais:

- (A) Magna Carta inglesa, de 1215.
- (B) *Bill of Rights* inglesa, de 1689.
- (C) Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão Francês, de 1789.
- (D) Constituição Mexicana, de 1917.
- (E) Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia, de 1776.

90

De acordo com André de Carvalho Ramos: “Em geral, todo direito exprime a faculdade de exigir de terceiro, que pode ser o Estado ou mesmo um particular, determinada obrigação. Por isso, os direitos humanos têm estrutura variada, podendo ser: direito-pretensão, direito-liberdade, direito-poder e, finalmente, direito-imunidade, que acarretam obrigações do Estado ou de particulares revestidas, respectivamente, na forma de: (i) dever, (ii) ausência de direito, (iii) sujeição e (iv) incompetência”. Assinale a alternativa que corresponde ao chamado direito-poder.

- (A) É o direito do titular de ter alguma coisa que é devida pelo Estado ou até mesmo por outro particular.
- (B) É o direito que impõe a abstenção ao Estado ou a terceiros, no sentido de se ausentar, de não atuarem como agentes limitadores.
- (C) É o direito que possibilita à pessoa exigir a sujeição do Estado ou de outra pessoa para que esses direitos sejam observados.
- (D) É o direito que impede uma pessoa ou o Estado de agir no sentido de interferir nesse direito.
- (E) Nenhuma das alternativas acima corresponde ao conceito de direito-poder.

INFORMÁTICA (FABRICIO MELO)

91

No Linux Ubuntu, 14 ou superior, um arquivo oculto caracteriza-se por:

- (A) um ponto final antes do nome do arquivo.
- (B) um ponto final depois do nome do arquivo.
- (C) um ponto final no meio do nome do arquivo.
- (D) o símbolo & no final do nome do arquivo.
- (E) o símbolo & no início do nome do arquivo.

92

Com relação a noções de uso de Internet e correio eletrônico, utilizando os navegadores Firefox e Google Chrome no sistema operacional (Ubuntu versão 14 ou superior), julgue os itens e marque a alternativa correta.

- I. A combinação de teclas SHIFT+ESC abre a janela Gerenciador de Tarefas do Google Chrome.
- II. A URL twitter.com disponibiliza um serviço de rede social que permite aos usuários a criação de um microblogue, no qual podem ser postados textos de, no máximo, 140 caracteres.
- III. O TCP (*Transmission Control Protocol*), protocolo orientado para a conexão, possibilita a transferência de dados na Internet, com as características de confiabilidade, isto é, a mensagem chega ao receptor ou mensagens enviadas chegam na ordem de envio. O TCP é o protocolo responsável por transportar os pacotes de dados da rede e é utilizado em transporte de pacotes que exigem confiabilidade.
- IV. A linguagem HTML é utilizada para formatar o conteúdo de uma página da Internet e pode ser editada com o uso de qualquer editor de texto.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- (A) I, II e III.
- (B) II e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

93

A velocidade dos microprocessadores atuais é normalmente medida em:

- (A) Mbps.
- (B) GHZ.
- (C) GB.
- (D) Gbps.
- (E) RPM.

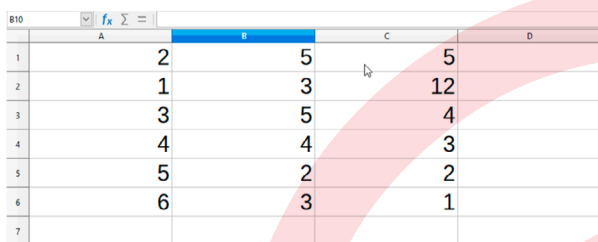
94

No Libre Office Writer 5 ou superior, versão em português, configuração padrão, o botão , encontrado na barra de ferramentas padrão, tem a função:

- (A) Importar um documento como PDF.
- (B) Visualizar a impressão.
- (C) Abrir um novo documento em PDF.
- (D) Exportar um documento como PDF.
- (E) Imprimir um documento como PDF.

95

De acordo com a figura e sobre conhecimentos relacionados ao Libre Office Calc 5 ou superior, versão em português, configuração padrão, marque a alternativa que indica o resultado da função =SOMA(A1:C6!A2:B4) ao ser aplicada com sucesso na célula A7.



	A	B	C	D
1	2	5	5	
2	1	3	12	
3	3	5	4	
4	4	4	3	
5	5	2	2	
6	6	3	1	
7				

- (A) 20.
- (B) 70.
- (C) Erro:502.
- (D) 28.
- (E) 27.

MEDICINA LEGAL (LAÉCIO CARNEIRO)

96

A Traumatologia Forense é uma das áreas da Medicina Legal que mais se faz presente no dia a dia do profissional de polícia judiciária. No que diz respeito aos assuntos dessa área, todas as afirmações estão corretas, EXCETO:

- (A) A equimose geralmente é uma lesão de natureza contusa.
- (B) No que diz respeito às lesões produzidas por tiros de armas de fogo, esses, quando realizados a curta distância, deixam sinais diferentes nos tiros de encosto.
- (C) As feridas produzidas por instrumentos cortantes geralmente apresentam cauda de escoriação.
- (D) As feridas contusas geralmente são mais sangrantes, quando comparadas às perfurocortantes.
- (E) Facão e machado podem produzir feridas cortocontusas.

97

A Tanatologia Forense é o ramo da Medicina Legal que estuda o conceito de morte, as respectivas classificações e as repercussões jurídicas, além das alterações sofridas pelo cadáver em razão do tempo. Acerca da Tanatologia, assinale a alternativa correta.

- (A) As mortes violentas dividem-se em duas categorias: homicídio ou suicídio. Essas mortes devem ser encaminhadas ao Instituto Médico Legal – IML.
- (B) A morte suspeita é aquela em que o suspeito de tê-la causado é conhecido pela polícia.
- (C) A morte natural é aquela decorrente de doença ou velhice, devendo ser encaminhada ao Serviço de Verificação de Óbito – SVO.
- (D) A fase gasosa ou enfisematosa inicia-se por volta de 24h após o óbito.
- (E) A rigidez e os livores permitem determinar de forma inequívoca o tempo de morte.

98

Sobre a Toxicologia Forense, a área da Medicina Legal que estuda as drogas e os efeitos dessas, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A cocaína e as anfetaminas são drogas estimulantes.
- (B) A maconha é a droga proveniente da planta *Cannabis sativa*, classificada como estimulante.
- (C) A maconha e a cocaína são materiais entorpecentes de origem natural.
- (D) A morfina é a droga natural extraída da papoula.
- (E) O álcool é uma droga depressora, assim como os medicamentos das classes dos benzodiazepínicos e dos barbitúricos.

99

Acerca das lesões e traumas produzidos pelas energias de ordem física ou química, assinale a alternativa correta:

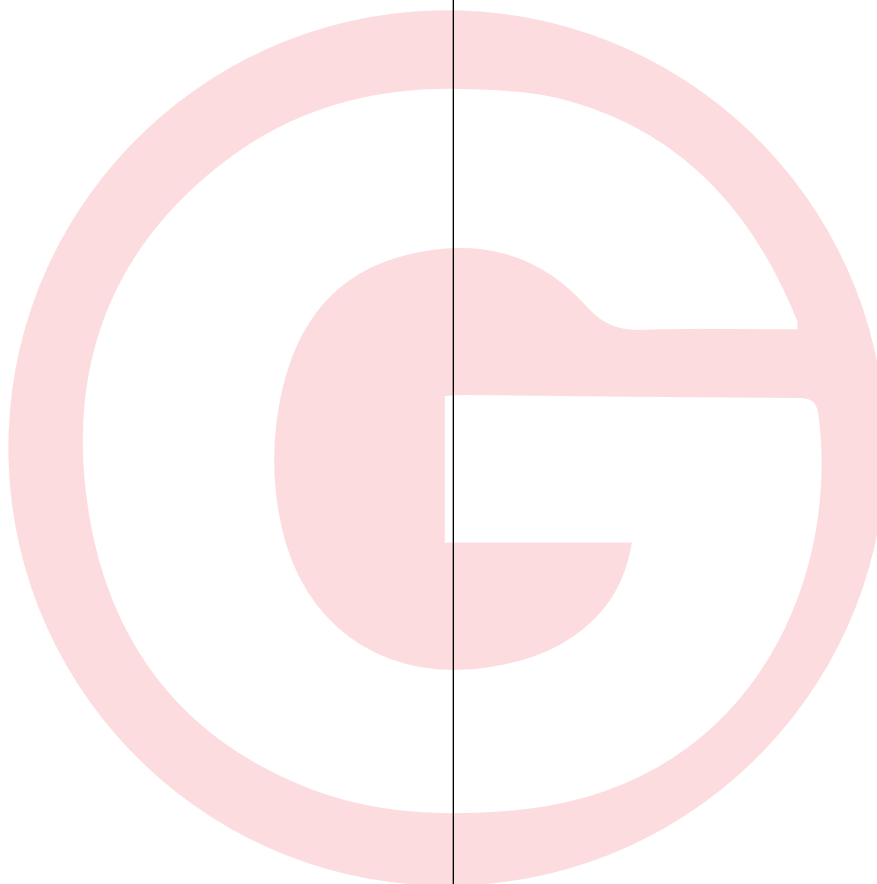
- (A) A eletricidade artificial ou industrial pode deixar a marca de Lichtenberg no corpo da vítima.
- (B) As marcas de Lichtenberg podem aparecer como pontos de queimadura com metalização.
- (C) A posição de boxeador pode ser constatada em corpos carbonizados.
- (D) A rarefação do ar pode causar o mal do mergulhador.
- (E) A vitriolagem é o ataque à vítima com solventes orgânicos inflamáveis, com a finalidade de provocar incêndio no corpo da pessoa.

100

Os procedimentos periciais criminalísticos e os médico-legais são trazidos pelo Código de Processo Penal – CPP, normatizando as condutas dos profissionais que realizam essas funções. Sobre as perícias e os peritos no CPP, assinale a opção INCORRETA:

- (A) O laudo pericial será concluído em 10 dias, podendo esse prazo ser prorrogado, a pedido dos peritos.

- (B) As perícias serão realizadas por perito oficial com formação superior, podendo ser realizadas por dois profissionais idôneos, com formação superior, preferencialmente na área do exame, nas comarcas onde não houver perito oficial.
- (C) Os peritos não oficiais nomeados prestarão o compromisso de bem e fielmente cumprirem o encargo.
- (D) Nas perícias de laboratório, serão reservadas amostras contraprovas para eventual necessidade de se refazer a perícia, para sanar qualquer dúvida.
- (E) A cadeia de custódia aplica-se exclusivamente aos exames criminalísticos de locais de crime, onde o local tenha sido isolado e preservado.





----- (destaque aqui) -----

GABARITO

Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Resp	B	B	E	D	A	E	D	E	B	E	C	B	C	D	A	B	C	E	D	C
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Resp	B	B	A	D	C	E	A	A	B	A	E	C	B	C	C	E	C	E	E	C
Questão	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Resp	A	A	D	A	A	A	D	B	C	D	B	X	C	C	B	A	E	D	A	C
Questão	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
Resp	C	C	D	A	B	D	E	D	D	B	E	B	A	E	D	A	D	C	E	E
Questão	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
Resp	B	C	D	B	A	C	E	E	D	C	A	E	B	D	A	D	C	B	C	E

DELEGADO – PC/PR



NESSA PEGADINHA VOCÊ NÃO CAI MAIS!

*Pratique os truques de cada
banca e fique mais próximo
da sua aprovação.*

No Gran Cursos Questões, você encontra todas essas questões e muito mais. Se você já é nosso assinante, vá até a Área do Aluno, em nossa plataforma, e clique em QUESTÕES.

Se ainda não é nosso assinante, acesse diretamente pelo site no endereço <https://questoes.grancursosonline.com.br>

 **GRAN CURSOS
QUESTÕES**



01

Segundo o estudo da organização da Administração Pública brasileira, são órgãos da Administração Pública Direta, salvo:

- (A) Advocacia Geral da União.
- (B) Fundações Públicas.
- (C) Conselho do Ministério Público.
- (D) Poder Legislativo Municipal.
- (E) Secretaria de Estado.

Letra b.

Na chamada descentralização por delegação, é criada ou autorizada a criação, mediante lei específica, de pessoas jurídicas (de direito público ou privado) para a prestação de uma atividade, surgindo as entidades da Administração indireta. Esta é composta por: autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. Logo, a única entidade que faz parte da Administração indireta na questão é a fundação pública.

02

Análise as proposições a seguir e assinale a alternativa correta:

- (A) Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei complementar, para o desempenho de atividades típicas de Estado, como fiscalização, regulação, assistência social, seguridade social e poder de polícia.
- (B) Fundação Pública de direito público terá natureza de autarquia e será criada por lei.
- (C) Os consórcios públicos são pessoas jurídicas formadas exclusivamente por entes da Administração indireta, para prestação de serviços públicos, na forma de gestão associada.
- (D) Tanto a empresa pública quanto a sociedade de economia mista podem ter personalidade jurídica de direito público.
- (E) Agência reguladora é uma qualificação dada à autarquia ou à fundação que, por meio do contrato de gestão com o órgão da Administração direta a que esteja vinculada, amplia sua autonomia para a melhoria da eficiência e redução de custos.

Letra b.

Se for Fundação Pública de direito público (ex.: Fundação Universidade de Brasília – FUB), terá natureza de autarquia e será criada por lei. Sendo fundação pública de direito privado (ex.: Funpresp), será autorizada a ser criada por lei.

03

Sobre a organização da Administração Pública, assinale o item correto:

- (A) Na descentralização, a pessoa política desempenha suas tarefas diretamente por meio de seus órgãos.

- (B) As pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração indireta não podem participar da composição do capital de empresas públicas.
- (C) Quando um único órgão desempenha todas as funções administrativas do ente político, sem divisão em outros órgãos menores, há desconcentração de competências.
- (D) O conceito de Administração direta restringe-se ao Poder Executivo.
- (E) Na desconcentração, os órgãos de menor hierarquia permanecem subordinados aos órgãos que lhes são superiores.

Letra e.

A criação de órgãos decorre da desconcentração, que é uma distribuição interna de competências, dentro da mesma pessoa jurídica. Isso é feito para desacumular, tirar do centro, um volume grande de atribuições. Na desconcentração, há o controle hierárquico, pois os órgãos de menor hierarquia permanecem subordinados aos órgãos que lhes são superiores.

04

Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tenha sido instituída por iniciativa de particulares e que receba delegação do Poder Público mediante contrato de gestão para desempenhar serviço público de natureza social denomina-se:

- (A) Entidade de apoio.
- (B) Fundação privada.
- (C) Empresa Pública.
- (D) Organização Social.
- (E) Serviço social autônomo.

Letra d.

Organizações Sociais são entidades privadas que recebem a qualificação de Organização Social. Existem diversas entidades criadas por particulares, na forma de associação ou fundação, que executam atividades de interesse público sem fins lucrativos. O vínculo com o Poder Público para qualificação da entidade como organização social é estabelecido mediante a celebração de contrato de gestão.

05

Segundo as disposições acerca dos agentes públicos, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) As funções de confiança são de livre nomeação e exoneração, não necessitando de concurso público para o provimento.
- (B) É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.
- (C) Magistrados e membros do Ministério Público podem exercer mais uma função de magistério em instituições públicas.
- (D) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

- (E) o servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.

Letra a.

A alternativa “a”, na verdade, tratou dos cargos em comissão. Estes são de livre nomeação e exoneração (CF, art. 37, II), não necessitando de concurso público para o provimento. O ocupante, porém, tem um vínculo precário (pode ser exonerado *ad nutum*, a juízo da autoridade nomeante) e, obviamente, não adquire estabilidade.

06

Segundo a Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto

- (A) a de dois cargos de professor, independentemente de haver compatibilidade de horários.
- (B) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico ou profissional da saúde.
- (C) a de um cargo de professor com cargo ou emprego privativo de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- (D) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico, sendo que o teto remuneratório deve levar em consideração os dois cargos em conjunto.
- (E) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Letra e.

A situação da letra “e” é uma das hipóteses de acumulação lícita de cargos, de acordo com o art. 37, XVI, “c” da CF:

Art. 37, XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI.

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

07

Forma de provimento em que ocorre a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens. Trata-se do conceito de

- (A) Reversão.
- (B) Recondução.
- (C) Aproveitamento.
- (D) Reintegração.
- (E) Readaptação.

Letra d.

Esse é o correto conceito de reintegração:

Lei n. 8.112/1990

Art. 28. A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

08

Dentre os poderes da Administração Pública, está aquele responsável por punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à relação especial com a Administração Pública. O poder narrado é o chamado

- (A) poder de polícia.
- (B) poder vinculado.
- (C) poder normativo.
- (D) poder hierárquico.
- (E) poder disciplinar.

Letra e.

De fato, o poder disciplinar é o poder de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e das demais pessoas sujeitas à relação especial com a Administração Pública. O poder disciplinar incide não só em relação aos servidores, mas também em relação aos particulares que mantêm algum tipo de vínculo especial com o Poder Público, como, por exemplo, concessionários e permissionários, que podem sofrer determinadas sanções em razão de inexecução contratual ou falha na execução.

09

Acerca dos poderes da Administração Pública, marque a resposta correta:

- (A) O poder normativo é o poder do Estado de restringir, limitar ou condicionar o exercício de direitos e da propriedade em benefício do interesse público.
- (B) A delegação e a avocação de competências são institutos que decorrem do poder hierárquico.
- (C) O poder de polícia se manifesta apenas com atos de fiscalização e punição.
- (D) O poder hierárquico se manifesta na aplicação de sanção em relação de vínculo especial, sendo em regra, vinculado.
- (E) No exercício do poder disciplinar, há a necessidade de prévia definição em lei da infração administrativa e da sanção a ser aplicada.

Letra b.

É necessário haver a hierarquia para que o superior possa comandar, dar ordens, corrigir os atos e avocar atribuições aos seus subordinados, resumindo, para que possa exercer os poderes que decorrem da hierarquia. A delegação pode ocorrer em situações não hierarquizadas também. Apesar de a delegação de atribuições ser uma consequência da hierarquia, a Lei n. 9.784/1999, art. 11, não exige relação hierarquizada para a delegação de atos. Desse modo, mesmo entre órgãos ou agentes não subordinados entre si, é possível haver delegação.

10

São atributos do poder de polícia, exceto:

- (A) discricionariedade.
- (B) coercibilidade.
- (C) autoexecutoriedade.
- (D) exigibilidade.
- (E) delegabilidade.

Letra e.

Em regra, não é possível delegar o poder de polícia aos particulares.

11

Quanto ao objeto, os atos administrativos são classificados como:

- (A) atos de império, atos de gestão e atos individuais.
- (B) atos internos e atos externos.
- (C) atos de império, atos de gestão e atos de expediente.
- (D) atos de gestão, atos de expediente e atos complexos.
- (E) atos perfeitos, imperfeitos e pendentes.

Letra c.

Classificação quanto ao objeto:

ATOS DE IMPÉRIO: são todos aqueles que a Administração pratica usando de sua supremacia sobre o administrado ou o servidor e lhes impõe obrigatório atendimento. Expressam a vontade soberana do Estado e seu poder de coerção.

ATOS DE GESTÃO: são os que a Administração pratica sem usar de sua supremacia sobre os administrados. Tais atos, desde que praticados regularmente, geram direitos subjetivos e permanecem imodificáveis pela Administração, salvo quando precários por sua própria natureza. Ex.: autorização e licença.

ATOS DE EXPEDIENTE: são todos aqueles que se destinam a dar andamento aos processos e papéis que tramitam pelas repartições públicas, preparando-os para a decisão de mérito final, a ser proferida pela autoridade competente. Não possuem conteúdo decisório. Ex.: junta de documentos e despacho.

12

Quanto aos requisitos ou elementos dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- (A) Finalidade é a situação de direito ou de fato que autoriza a prática do ato administrativo.
- (B) A competência é o poder atribuído ao agente público para a prática de seus atos administrativos, resultante de lei, e por ela delimitada.
- (C) A finalidade se caracteriza pelo efeito prático pretendido com a edição do ato administrativo ou a modificação por ele trazida ao ordenamento jurídico.
- (D) O objeto são os efeitos mediatos decorrentes do ato administrativo.
- (E) Forma é a exteriorização da vontade administrativa, que será escrita, não podendo ser praticada de modo verbal.

Letra b.

A competência é o poder atribuído ao agente público para a prática de seus atos administrativos. A competência resulta da lei, e por ela é delimitada. Para nós do Direito Administrativo, ser competente quer dizer: a lei conferiu atribuição para praticar o ato administrativo.

13

Acerca da responsabilidade civil do Estado, a Constituição Federal adotou como regra no art. 37, § 6º da CF,

- (A) a responsabilidade objetiva, decorrente da teoria da culpa administrativa.
- (B) a teoria do risco administrativo, no qual não existem causas que possam excluir a responsabilidade estatal.
- (C) a responsabilidade objetiva, sendo necessário para a responsabilização que se trate de pessoa jurídica de direito público ou de direito privado prestadora de serviços públicos.
- (D) a responsabilidade subjetiva, em qualquer ação ou omissão do estado.
- (E) a responsabilidade objetiva, amparada na teoria do risco integral.

Letra c.

A Constituição Federal de 1946 inaugurou a tese da responsabilidade objetiva. Seguindo o mesmo raciocínio, a CF de 1988, no art. 37, § 6º, estabelece que:

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Na forma do referido artigo, é necessário que se trate de pessoa jurídica de direito público ou de direito privado prestadora de serviços públicos. Assim, ficam excluídas as entidades da Administração indireta que explorem atividade econômica.

14

Em relação à parceria público-privada, assinale a resposta correta:

- (A) A contratação de parceria público-privada deve ser precedida de licitação na modalidade pregão eletrônico.
- (B) Concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
- (C) Parceria público-privada é o contrato administrativo de permissão que pode ser celebrado na modalidade patrocinada.
- (D) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada caso o valor do contrato seja inferior a dez milhões de reais e o período de prestação do serviço seja inferior a cinco anos.

- (E) As concessões patrocinadas em que mais de 90% (noventa por cento) da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública dependem de autorização legislativa específica.

Letra d.

A letra “d” está correta, conforme disposição do art. 2º, § 4º, I e II, da Lei n. 11.079/04.

Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

§ 4º É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:

I – cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

II – cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos; ou

III – que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

15

Sobre o tema serviços públicos, assinale a alternativa certa:

- (A) O princípio da modicidade dos serviços públicos significa que, quando o serviço público for cobrado, as tarifas devem ter preços razoáveis.

- (B) Serviços públicos de utilidade pública são os que a Administração presta diretamente à comunidade, por reconhecer sua essencialidade e necessidade para a sobrevivência do grupo social e do próprio Estado.
- (C) É permitida a subconcessão de serviços públicos, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente, exigindo que seja precedida de licitação da modalidade leilão.
- (D) Serviços próprios do Estado são os que, embora também destinados à satisfação das necessidades coletivas, não são assumidos nem prestados pelo Estado, seja de forma direta ou por delegação a particulares, mas apenas autorizados, regulamentados e fiscalizados.
- (E) O STF fixou o entendimento de que as prestadoras de serviços públicos respondem objetivamente pelos danos decorrentes da prestação do serviço apenas em relação aos usuários do serviço.

Letra a.

Não são todos os serviços que exigem contraprestação pecuniária, como, por exemplo, saúde e educação prestadas pelo Estado, mas, se houver cobrança pela sua disposição, não deve haver, por parte do Poder Público, intuito de lucro; se o serviço for prestado mediante concessão e permissão, as tarifas cobradas devem ter valores módicos, até para viabilizar a observância do princípio da generalidade. Portanto, o princípio da modicidade tem estreita relação com o da generalidade, na medida em

**QUER TER ACESSO
AO RESTANTE DAS
QUESTÕES COMENTADAS?**



SEJA NOSSO ALUNO

**ASSINATURA ILIMITADA
TUDO O QUE VOCÊ PRECISA
PARA SER APROVADO!**